

# EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)  
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos  
2001

1.ª FASE  
1.ª CHAMADA

## PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

---

Leia atentamente as instruções:

- Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões:
  - **GRUPO I** – 3 (três) questões.
  - **GRUPO II** – 1 (uma) questão.
- A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.
- A inadequação das suas respostas às questões formuladas implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/1

---

## GRUPO I

- Selecione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1 e 2 deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3 deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

## TEXTO

AGOSTINHO – Por esta razão, mesmo nas coisas que são intuitas pela mente, em vão todo aquele que as não pode intuir, ouve as palavras do que as intui, à parte ser útil acreditá-las enquanto se ignoram. Todo aquele porém que as pode intuir, esse interiormente é discípulo da Verdade e exteriormente é juiz daquele que fala, ou melhor, da mesma locução, pois ele muitas vezes sabe as coisas que se disseram, quando as ignora aquele mesmo que as disse.

Suponhamos por exemplo que alguém, acreditando nos epicuristas, e julgando que a alma é mortal, expõe os argumentos que sobre a sua imortalidade foram elaborados por homens mais sábios, e que o está a ouvir uma pessoa capaz de intuir coisas espirituais. Esta pessoa julga que o tal epicurista diz coisas verdadeiras, mas o que as diz ignora se diz coisas verdadeiras, ou até as julga falsíssimas. Dever-se-á então pensar que ele ensina o que não conhece? Entretanto, usa das mesmas palavras de que também poderia usar, se fosse conhecedor.

Deste modo nem sequer isto se reserva às palavras – que ao menos por elas se revela o íntimo de quem fala – visto ser incerto que este conheça aquilo que diz. Acrescenta a isto os mentirosos e os enganadores; por eles facilmente entenderás que pelas palavras, o íntimo não só não se abre, mas até se oculta. Entretanto, não duvido de maneira nenhuma de que as palavras dos homens verídicos pretendem, e de algum modo o proclamam, que o íntimo de quem fala se revele. Consegui-lo-iam, todos o concedem, se aos mentirosos não fosse permitido falar.

Todavia muitas vezes temos experimentado, tanto em nós como nos outros, que as palavras que se proferem não são as das coisas que se pensam. Vejo que isto pode acontecer de dois modos: quando um trecho decorado, e muitas vezes repetido, sai da boca de quem está a pensar noutra coisa, o que nos acontece frequentemente, ao cantarmos um hino; ou então quando contra nossa vontade saem umas palavras por outras, por desvio da própria língua. Também neste caso não se ouvem os sinais das coisas que temos na alma.

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,*  
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 117-118

## QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, os limites da linguagem referidos pelo autor.
2. Explique a distinção feita no texto entre aquele que pode intuir as coisas pela mente e aquele que as não pode intuir.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

V.S.F.F.

### TEXTO

Oh misericórdia, de que opulenta doçura e doce opulência dimanam para nós! Oh imensidão da bondade de Deus, com quanto afecto devem amar-te os pecadores! Salvas os justos, estando com eles a justiça, e livras os injustos, condenando-os a justiça; aos primeiros, com a ajuda dos méritos; aos segundos, com o impedimento dos deméritos; aos primeiros, reconhecendo os bens que lhes deste; aos segundos, fechando os olhos aos males que odeias. Oh bondade imensa, que assim excedes toda a inteligência, venha sobre mim aquela misericórdia que procede de tão grande opulência de ti. Ela que flui de ti, diflúa sobre mim. Perdoa-me por clemência, para não me castigares por justiça. Embora seja difícil entender como a tua misericórdia não está separada da tua justiça, é todavia necessário crer que o que transvasa da bondade, não podendo existir sem justiça, de modo nenhum se opõe à justiça, mas pelo contrário se harmoniza verdadeiramente com a justiça. De facto, se és misericordioso porque és sumamente bom, e não és sumamente bom senão porque és sumamente justo, és na verdade misericordioso por isso mesmo que és sumamente justo. Ajuda-me, Deus justo e misericordioso, cuja luz busco; ajuda-me, para que eu intelecione o que digo.

És pois verdadeiramente misericordioso, por isso que és justo. E por conseguinte, nasce da tua justiça a tua misericórdia? E por conseguinte, é por justiça que perdoas aos maus? Se assim é, Senhor se assim é, ensina-me como isso é. Será porventura porque é justo seres de tal modo bom, que não podes ser inteccionado como melhor, e é justo operares tão poderosamente, que não podes ser pensado como capaz de operar com maior potência? Na verdade, que há de mais justo que isto? Não sucederia assim, certamente, se fosses bom apenas protribuindo [retribuindo] e não perdoando, e se apenas fizesses bons de não-bons, e não também de maus. Deste modo, é pois justo que perdoes aos maus, e que de maus faças bons. Enfim, o que não se faz justamente não se deve fazer, e o que não se deve fazer, faz-se injustamente. Se pois não é justamente que te compadeces dos maus, não debes compadecer-te; e se não debes compadecer-te, compadeces-te injustamente. Uma vez que seria impiedade dizer isto, é segundo a piedade acreditar que justamente te compadeces dos maus.

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,*  
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 146-147

### QUESTÕES

1. Esclareça o problema intelectual expresso no texto.
2. Exponha de que modo, no texto, são conciliadas a misericórdia e a justiça divinas.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

## TEXTO

Feitas estas considerações, fica mostrado como a essência se encontra nos diferentes seres. Dá-se nas substâncias tríplice modalidade de possuir a existência. Há com efeito uma realidade como a é Deus, cuja essência é a sua própria existência, razão por que se encontram alguns filósofos que afirmam não ter Deus quiddidade ou essência, uma vez que a sua essência não é mais que a sua existência. Desta identidade da essência e da existência se segue que Ele não está [compreendido] em nenhuma categoria, porque tudo o que faz parte de alguma categoria tem de ter quiddidade além da sua existência, uma vez que nos seres que o género ou a espécie compreende, a quiddidade ou essência, [que é o objecto] do género ou da espécie, não se distingue segundo o constitutivo da essência, mas por ser diversa a existência nos diversos seres.

Se porém dizemos que Deus é unicamente existência, não temos de cair no erro dos que afirmaram que Deus é essa existência universal, pela qual todas as coisas intrinsecamente existem. Com efeito, a existência que é Deus, é de tal condição que nenhuma adição lhe pode ser feita; conseqüentemente, pela sua mesma simplicidade, é uma existência distinta de toda a outra existência. Por este motivo, no comentário à nona proposição do *Livro das Causas*, diz-se que a individualização da Causa Primeira, que é unicamente existência, se faz pela [sua] bondade pura. Quanto à existência como tal, assim como no seu conceito não inclui qualquer adição, também não inclui no seu conceito qualquer exclusão de adição, pois se isto sucedesse, não se poderia conceber que existisse nenhuma realidade, em que à existência se juntasse qualquer outra coisa.

De modo semelhante, ainda que seja unicamente existência, não é necessário que a esse [Ser] faltem as outras perfeições e grandezas. Pelo contrário, tem todas as perfeições que se encontram em todas as categorias, pelo que se diz que é perfeito “simplesmente”, como afirmam o Filósofo e o Comentador no quinto livro da *Metafísica*. Tem-nas porém de maneira mais excelente que todos os outros seres, visto que n'Ele são uma só realidade, ao passo que nos outros incluem diversidade. E isto é assim porque todas essas perfeições se lhe coadunam, segundo a simplicidade da sua existência. De modo semelhante, se alguém por uma só energia, pudesse realizar as operações de todas as outras energias, naquela única energia possuiria todas as energias. É desta maneira que Deus, na sua mesma existência, possui todas as perfeições.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*,  
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 230-231

## QUESTÕES

1. Explícite as conseqüências da identidade entre a essência e a existência, presentes no texto.
2. Explique, com base no texto, por que a Deus, que é só existência, não faltam perfeições.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

V.S.F.F.

## TEXTO

15. Procedendo de igual modo é, bem assim, possível chegar às mesmas conclusões na iluminação da filosofia racional, cujo objecto principal é o discurso. Neste devem distinguir-se três aspectos correspondentes à tríplice consideração do mesmo discurso, a saber: o que o profere, o que se profere e o termo do mesmo, que é o ouvinte.

16. Se consideramos o discurso em relação a quem o profere vemos que todo o discurso traduz um conceito mental, e este conceito, porque interior, é palavra da mente e sua prole, que é conhecida primeiramente por aquele que a concebe. Mas, para ser conhecida também de quem a ouve, reveste a forma de voz e então a palavra inteligível (o “*verbum mentis*”), através dessa forma, torna-se sensível, é percebida exteriormente e é recebida no ouvido do coração de quem a ouve, sem que por isso se aparte da mente daquele que a profere. De modo semelhante vemos que o Verbo eterno, concebido em geração eterna pelo Pai, conforme o capítulo 8.º dos Provérbios “ainda não existiam os abismos, e eu já estava concebida”, para dar-se a conhecer ao homem sensual tomou a forma de carne, “e o Verbo se fez carne e habitou entre nós”, permanecendo, não obstante, “no seio do Pai”.

17. Se considerarmos, porém, o discurso em si mesmo, veremos nele a norma de viver. Porquanto, três coisas concorrem necessariamente para a perfeição do discurso: a conveniência, a verdade e o ornato. Conforme a estas três propriedades, toda a nossa acção deve ter moderação, beleza e ordem, de sorte que seja moderada pela modéstia na obra externa, bela pela pureza no afecto, ordenada e adornada pela rectidão na intenção. Pois que só se vive recta e ordenadamente quando a intenção é recta, puro o afecto e modesta a obra.

18. Considerando, agora, o discurso em razão do fim, sabemos que ele visa exprimir, instruir e mover; mas, não é possível exprimir o que quer que seja senão por meio da ideia, nem ensinar senão por meio da luz da argumentação, nem mover senão por meio da força ou virtude. Ora, estas condições só se verificam quando a ideia, a luz e a força são intrínsecas, isto é, quando estão unidas intrinsecamente à alma; e daqui conclui St.º Agostinho que só é verdadeiro doutor aquele que é capaz de imprimir a ideia, infundir a luz e insinuar a força no coração do ouvinte. E por isso é que “tem a cátedra no céu aquele que ensina no íntimo dos corações”. Assim, pois, como nada se apreende perfeitamente pelo discurso senão por meio da força, da luz e da ideia unidas à alma, assim também, para que a alma seja instruída no conhecimento de Deus pela sua locução interna, é necessário que se una àquele “que é o esplendor da sua glória e a imagem da sua substância, e que tudo sustenta com o poder da sua palavra”.

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 37-40

## QUESTÕES

1. Explícite os diferentes aspectos do discurso apresentados no texto.
2. Exponha as condições, referidas no texto, para que o discurso cumpra a sua finalidade em relação ao ouvinte.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

### TEXTO

32 – *Que só há em nós duas espécies de pensamento, ou seja, a percepção do entendimento e a acção da vontade*

Todas as maneiras de pensar que experimentamos em nós podem reduzir-se a duas gerais. Consiste uma em apreender pelo entendimento e a outra em determinar-se pela vontade. Assim, sentir, imaginar e mesmo conceber coisas puramente inteligíveis, são formas diferentes de apreender; mas desejar, ter aversão, confirmar, negar, duvidar, são formas diferentes de querer.

33 – *Que só nos enganamos quando julgamos que qualquer coisa não nos é suficientemente conhecida*

Quando apreendemos alguma coisa não estamos em perigo de nos enganar, se sobre tal coisa não formularmos juízo algum; e mesmo quando o fizéssemos, também não podíamos cair em erro desde que só déssemos o nosso consentimento àquilo que conhecêssemos clara e distintamente como devendo ser compreendido naquilo sobre que ajuizamos. Contudo o que geralmente nos leva a enganarmo-nos é julgarmos ainda, com frequência, que não possuímos conhecimento muito exacto daquilo sobre que julgamos.

34 – *Que a vontade, tal como o entendimento, é requerida para julgar*

Concordo em que nada poderíamos julgar, se o nosso entendimento estivesse ausente, porquanto não há sinal de a nossa vontade se determinar acerca daquilo de que o entendimento, de algum modo, se não apercebe. Porém, como a vontade é absolutamente necessária, para que concedamos o nosso consentimento àquilo que não apreendemos de nenhuma maneira, e que não é preciso, para fazer um juízo, que tenhamos um conhecimento completo e perfeito, daí advém que, damos, muitas vezes, o nosso consentimento a coisas de que nunca tivemos senão um conhecimento muito confuso.

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 79-80

### QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, como é possível evitar o erro.
2. Explique, partindo do texto, o papel do entendimento e o da vontade na faculdade de julgar.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

V.S.F.F.

114/7

### TEXTO

Mas, vindo mais ao pormenor, digo: em primeiro lugar, o magistrado não deve tolerar nenhum dogma oposto e contrário à sociedade humana ou aos bons costumes necessários à conservação da sociedade civil. Mas tais exemplos são raros em qualquer igreja. Com efeito, os dogmas que claramente arruinam os fundamentos da sociedade são condenados pelo juízo do género humano; nenhuma seita levaria a loucura ao ponto de julgar que se devem ensinar dogmas em virtude dos quais os próprios bens, a paz e a reputação não estariam em segurança.

Em segundo lugar, um mal certamente mais escondido e mais perigoso para o Estado é constituído por aqueles que se arrogam, para eles e para a sua seita, um privilégio particular e contrário ao direito civil, que cobrem e disfarçam com discursos especiosos. Em lado algum, praticamente, encontrareis pessoas a ensinar crua e abertamente que não é necessária a fidelidade à palavra dada; que o príncipe pode ser afastado do trono por qualquer seita e que o governo de todas as coisas só a eles pertence. Tais propósitos, claros e manifestos, logo chamariam a atenção do magistrado e fixariam os olhares e as preocupações do Estado para que um mal assim não continuasse a desenvolver-se ocultamente no seu seio. Encontram-se, todavia, pessoas que dizem a mesma coisa por outras palavras. Que mais pretendem os que ensinam que não é preciso cumprir a palavra com os heréticos? Querem que lhes seja concedido o privilégio de faltar à palavra, já que todos os que não fazem parte da sua comunidade são declarados heréticos, ou podem ser declarados como tais na primeira ocasião? Que finalidade há em derrubar os reis excomungados senão arrogar-se o poder de destronar os reis, pois reivindicam unicamente para a sua hierarquia eclesiástica o direito de excomunhão? Fundar a autoridade na Graça atribuiria aos protagonistas desta opinião a posse de todas as coisas, já que não são suficientemente inimigos de si próprios para não querer acreditar ou declarar que são verdadeiramente piedosos e fiéis. Estas pessoas e outras semelhantes, que atribuem aos fiéis, aos religiosos, aos ortodoxos, isto é, a elas próprias, nas coisas civis, algum privilégio e algum poder de que o resto dos mortais não dispõe; ou que reivindicam para si, sob pretexto de religião, certos poderes sobre os homens estranhos à sua comunidade eclesiástica, ou que dela de qualquer maneira se separaram, estas pessoas não podem ter o direito de ser toleradas pelo magistrado; (...).

Lisboa, Edições 70, 1996, pp. 116-117

### QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, as razões que podem justificar que uma religião seja excluída da tolerância.
2. Explique, partindo do texto, a exigência de nenhum dogma se opor «à sociedade humana e aos bons costumes».
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

## TEXTO

**16 – O concurso extraordinário de Deus está compreendido no que a nossa essência exprime, pois esta expressão estende-se a tudo, mas ultrapassa as forças da nossa natureza ou da nossa expressão distinta, que é finita e segue certas máximas subalternas.**

Falta apenas explicar agora como é possível que Deus tenha, às vezes, influência sobre os homens ou sobre as outras substâncias mediante um concurso extraordinário e miraculoso, já que parece que nada lhes pode acontecer nem de extraordinário nem de sobrenatural, visto que todos os seus acontecimentos são apenas consequências da sua natureza. Mas é necessário recordar o que acima dissemos a propósito dos milagres do universo: que são sempre conformes à lei universal da ordem geral, embora estejam por cima das máximas subalternas. E como toda a pessoa ou substância é como um pequeno mundo que exprime o grande, também pode dizer-se que esta acção extraordinária de Deus sobre tal substância não deixa de ser milagrosa, embora esteja compreendida na ordem geral do universo, na medida em que este se exprime pela essência ou noção individual dessa substância. Por isso, se compreendemos na nossa natureza tudo o que ela exprime, nada há nela de sobrenatural, porque se estende a tudo, uma vez que um efeito exprime sempre a sua causa e Deus é a verdadeira causa das substâncias. Mas, porque o que a nossa natureza exprime mais perfeitamente lhe pertence de um modo particular, já que é nisso que consiste a sua potência, e é limitada, como acabo de explicar, há muitas coisas que ultrapassam as forças da nossa natureza, e até as de todas as naturezas limitadas. Por consequência, a fim de falar mais claramente, digo que os milagres e os concursos extraordinários de Deus têm a propriedade de não poderem ser previstos pelo raciocínio de nenhum espírito criado, por mais esclarecido que seja, porque a compreensão distinta da ordem geral os ultrapassa a todos; ao passo que tudo o que se chama natural depende das máximas menos gerais que as criaturas podem compreender. Portanto, para que as palavras sejam tão irrepreensíveis como o sentido, conviria ligar certas maneiras de falar a certos pensamentos, e poder-se-ia denominar nossa essência ou ideia o que compreende tudo o que exprimimos; e visto que ela exprime a nossa união com o próprio Deus, não tem limites e nada a excede. Mas o que é limitado em nós poderá chamar-se a nossa natureza ou a nossa potência e, deste ponto de vista, o que excede as naturezas de todas as substâncias criadas é sobrenatural.

Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 42-44

## QUESTÕES

1. Justifique com razões do texto a impossibilidade de a razão humana prever o milagre.
2. Esclareça, com base no texto, o conceito de substância.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

V.S.F.F.

114/9

### TEXTO

Não seria, portanto, mais aconselhável, em matéria moral, ficarmo-nos pelo juízo da razão vulgar e só recorrer à filosofia para, quando muito, tornar o sistema dos costumes mais completo e compreensível, expor as regras de maneira mais cómoda com vista ao seu uso (e sobretudo à discussão), mas não para desviar o humano senso comum, mesmo em matéria prática, da sua feliz simplicidade e pô-lo por meio da filosofia num novo caminho da investigação e do ensino?

A inocência é uma coisa admirável; mas é por outro lado muito triste que ela se possa preservar tão mal e se deixe tão facilmente seduzir. E é por isso que a própria sagesa – que de resto consiste mais em fazer ou não fazer do que em saber – precisa também da ciência, não para aprender dela, mas para assegurar às suas prescrições entrada nas almas e para lhes dar estabilidade. O homem sente em si mesmo um forte contrapeso contra todos os mandamentos do dever que a razão lhe representa como tão dignos de respeito: são as suas necessidades e inclinações, cuja total satisfação ele resume sob o nome de felicidade. Ora a razão impõe as suas prescrições, sem nada aliás prometer às inclinações, irremittentemente, e também como que com desprezo e menoscabo daquelas pretensões tão tumultuosas e aparentemente tão justificadas (e que se não querem deixar eliminar por qualquer ordem). Daqui nasce uma *dialéctica natural*, quer dizer uma tendência para opor arrazoados e subtilezas às leis severas do dever, para pôr em dúvida a sua validade ou pelo menos a sua pureza e o seu rigor e para as fazer mais conformes, se possível, aos nossos desejos e inclinações, isto é, no fundo, para corrompê-las e despojá-las de toda a sua dignidade, o que a própria razão prática vulgar acabará por condenar.

É assim, pois, que a *razão humana vulgar*, impelida por motivos propriamente práticos e não por qualquer necessidade de especulação (que nunca a tenta, enquanto ela se satisfaz com ser simples e sã razão), se vê levada a sair do seu círculo e a dar um passo para dentro do campo da *filosofia prática*. Aí encontra ela informações e instruções claras sobre a fonte do seu princípio, sobre a sua verdadeira determinação em oposição às máximas que se apoiam sobre a necessidade e a inclinação. Assim espera ela sair das dificuldades que lhe causam pretensões opostas, e fugir ao perigo de perder todos os puros princípios morais em virtude dos equívocos em que facilmente cai.

BA 22-24, Lisboa, Edições 70, 1995 pp. 36-38

### QUESTÕES

1. Explique a avaliação feita no texto da razão prática vulgar.
2. Esclareça de que modo é justificado no texto o interesse da *filosofia prática* para a *razão humana vulgar*.
3. Relacione este extracto com a globalidade da obra.

## GRUPO II

- Seleccione **apenas uma** das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Na sua resposta deverá utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

OBRAS	TEMAS
DA NATUREZA, Parménides .....	O uno e o múltiplo
GÓRGIAS, Platão .....	Saber e virtude
FÉDON, Platão .....	O filósofo
CATEGORIAS, Aristóteles.....	A primazia do indivíduo
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel	A filosofia e o saber
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental.....	Indivíduo e sistema
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Conhecimento e verdade
DA CERTEZA, L. Wittgenstein .....	Dúvida e não-dúvida
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty .....	Filosofia e expressão
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell .....	Os dados dos sentidos e a existência do real
A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho..	A vivência do tempo na saudade
DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger.....	Liberdade e essência da verdade
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur .....	Significação e referência

**FIM**

**V.S.F.F.**

114/11

## COTAÇÕES

### GRUPO I

1. e 2. .... (2 × 25 pontos)..... 50 pontos

3. .... (1 × 70 pontos)..... 70 pontos

### GRUPO II

..... (1 × 80 pontos)..... 80 pontos

**TOTAL** ..... 200 pontos